

ORGANIZADORES

ANA CLÁUDIA NÉRI BASTOS
EDER JOSÉ DE LIMA

AUTORAS

Benedita Gonçalves de Almeida
Cleunice Carvalho da Rosa Tancredi
Marilene Maria Schnorr

**O PROFESSOR
E A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

1ª EDIÇÃO

ISBN 978-65-84809-10-9
2022

1ª edição

ORGANIZADORES

ANA CLÁUDIA NÉRI BASTOS
EDER JOSÉ DE LIMA

AUTORAS

Benedita Gonçalves de Almeida
Cleunice Carvalho da Rosa Tancredi
Marilene Maria Schnorr

O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ISBN 978-65-84809-10-9

2022

ISBN: 978-65-84809-10-9

CRJ



9 786584 809109

 <http://periodicorease.pro.br/>

 contato@periodicorease.pro.br

 +55(11) 94920-0020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P964 O professor e a educação inclusiva / Benedita Gonçalves de Almeida, Cleunice Carvalho da Rosa Tancredi, Marilene Maria Schnorr; organizadores Ana Cláudia Néri Bastos, Eder José de Lima. – São Paulo, SP: Ed. do Autor, 2022.
54 p. : il. ; 16 x 23 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-84809-10-9

1. Educação inclusiva. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação. I. Almeida, Benedita Gonçalves de. II. Tancredi, Cleunice Carvalho da Rosa. III. Schnorr, Marilene Maria. IV. Bastos, Ana Cláudia Néri. V. Lima, Eder José de.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

1ª Edição - Copyright© 2022 dos autores.

Direito de Edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editora-Chefe</i>	Dra. Patrícia S. Ribeiro
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Projeto Gráfico</i>	Ana Cláudia Néri Bastos/ Talita Tainá Pereira Batista
<i>Organizador</i>	Ana Cláudia Néri Bastos/ Eder José de Lima
<i>Conselho Editorial</i>	Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ José Fajardo, Fundação Getúlio Vargas Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho María Valeria Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

LISTA DE FIGURA

FIGURA 01	12
FIGURA 02	22
FIGURA 03	29
FIGURA 04	34
FIGURA 05	39

SUMARIO

APRESENTAÇÃO	09
CAPÍTULO 1: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	12
CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS LEGAIS	22
CAPÍTULO 3: SOCIEDADE, FAMÍLIA E ALUNO	29
CAPÍTULO 4: INCLUSÃO ESCOLAR OU INTEGRAÇÃO	34
CAPÍTULO 5: O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	39
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	50

APRESENTAÇÃO

O presente livro analisa o processo de desenvolvimento da educação inclusiva para as crianças com necessidades especiais, assim como sua função em estar proporcionando a estas maiores interações com as demais pessoas à sua volta, enquanto instrumento de atenuação da discriminação e do preconceito da própria sociedade.

Além disso, analisa a questão dos desafios encontrados na Educação Inclusiva, onde por falta de informação, preconceito e exclusão tanto por parte dos professores quanto da própria família, a criança com deficiência encontra barreiras que a impedem de crescer junto com as demais crianças.

Através desta abordagem, é possível analisar que o papel da escola é essencial para a inclusão das crianças com necessidades especiais, desde o acesso a tal até a função do professor mediante esse processo de inclusão.

Atualmente a escola é considerada uma instituição que se destaca por ser favorável à transformação social, realizada através da inclusão e de oportunidades educativas, e por promover amplas discussões na busca de oferecer oportunidades de mudanças, de modo a atender de fato às necessidades educativas especiais, favorecendo aos próprios deficientes a sua inserção na sociedade, em todos os aspectos, sejam eles econômicos, sociais ou educacionais, propiciando assim a inclusão.

A escola inclusiva às crianças com necessidades especiais diz respeito à identificação das mesmas e a remoção de barreiras, o que implica na coleta

contínua de informações valiosas para atender o desempenho dos alunos para planejamento e estabelecimento de metas neste sentido. No entanto, a inclusão também exige maior engajamento entre famílias e escolas e entre escolas e comunidades, onde todos busquem uma educação de qualidade para todas as crianças com necessidades especiais.

É importante ressaltar que a educação inclusiva de qualidade se baseia no direito de todos os alunos de receber uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades básicas de aprendizagem e enriqueça suas vidas, enfatizaram Fávero et al (2009). Assim, ao centrar-se nos grupos desfavorecidos e vulneráveis, a educação inclusiva de qualidade visa desenvolver todo o potencial de cada pessoa, eliminar todas as formas de discriminação e promover a inclusão.

Segundo Mazzota (2001), as crianças com deficiência há muito têm sua imagem associada a deficiências, limitações e doenças, eventualmente se tornam mais fortes e mais cristalizadas, embora a deficiência seja caracterizada apenas pelo seu aspecto biológico.

Diante dessa realidade, ações de adequação do sujeito à sociedade têm sido propostas, porém, sem a busca de transformações sociais, eliminando as barreiras estruturais e humanas impostas aos deficientes, evitando que suas limitações se tornem um meio de solicitação. novas possibilidades para este homem. Dessa forma, começa a perpassar a dificuldade da sociedade em se preparar para acolher esses alunos, expondo-os à discriminação e às dificuldades de acesso e efetivação de seus direitos. Considerando esses aspectos, é importante destacar a característica indispensável dos professores que valorizam os fatores e características das pessoas com deficiência, bem

como as abordagens específicas da deficiência e os obstáculos a serem superados pelas formas de respeitar, acolher e apoiar as famílias dos alunos com deficiência.

Portanto, o objetivo deste livro é compreender a atual importância da inclusão de alunos especiais na educação geral como um dos meios de garantir a igualdade de direitos, a equidade e uma educação de melhor qualidade, demonstrando diretamente a importância do papel da escola, dos professores no processo de construção, integração dos alunos especiais.

As autoras.

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

FIGURA 01



De acordo com Mantoan (2003), a educação inclusiva é fruto de uma formação pluralista, democrática e transgressora, criando uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, corrói a identidade do professor devendo ressignificar a identidade estudantil. A educação para todos desempenha o seu papel ao permitir o acesso de todas as crianças à escola, na defesa dos valores: moral, justiça e o direito ao acesso ao conhecimento e à formação.

Carvalho (2000), defende a inclusão responsável, concebendo-a como uma metodologia, direito a igualdade, com equidade de oportunidades.

A educação inclusiva por sua vez é uma modalidade de educação que insere alunos com qualquer tipo de deficiência, transtorno ou altas habilidades, no ambiente escolar regular. Desta forma, todos os estudantes, com e sem

deficiência, têm a oportunidade de conviver e aprender juntos. Para que não haja o comprometimento do rendimento escolar dessas crianças é necessária a estruturação física da escola e capacitação dos professores para lidar com esses alunos diferenciados.

Na concepção de Carvalho (2008), a educação inclusiva:

[...] Nasceu como realidade, não sendo mais admissível ignorá-la, sendo então necessário haver uma reconsideração da escola, deixando de lado o padrão do aluno ideal e buscando a aceitação do diferente. Somos diferentes e queremos ser assim e não uma cópia malfeita de modelos considerados ideais. Somos iguais no direito de sermos inclusive, diferentes [...]. (CARVALHO, 2008, p. 23).

Kunc (1992) enfatiza que “o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo” (KUNC, 1992, p. 25).

Mittler (2003) sustenta: “deve-se reconhecer que os obstáculos à inclusão estão na escola e na sociedade e não na criança. (MITTLER, 2003, p. 9) A Educação Inclusiva objetiva incluir crianças e adolescentes que possuem deficiência física, sensorial ou intelectual na escola regular, a fim de repensar a diferença, derrubar barreiras e a discriminação, mostra que cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem, mostra um impacto bastante positivo para todos os envolvidos neste processo.

O medo, a ignorância e o preconceito por parte de alguns professores, tende a diminuir e transformar-se em atitudes positivas quanto ao atendimento dos portadores de necessidades especiais em salas de aula regular (D'ANTINO, 1997). Quando se fala na inclusão de alunos portadores de

necessidades especiais em salas de aula regular, na escola pública, duas constatações são expressas pela maioria do professorado: ignorância e preconceito (D'ANTINO, 1997).

Antes mesmo de estabelecer uma medição com esse aluno, e de tentar favorecer o vínculo dele com o grupo de classe, o professor alega dificuldades, não investindo nessa possibilidade, sob o argumento de que se faz necessária uma especialização para ser capaz de atuar pedagogicamente com este aluno (FIGUEIREDO, 2002).

Para Figueiredo (2002) trabalhar com crianças especiais não requer uma especialização para reduzir ou diminuir o temor às suas deficiências, mas o aprimoramento do professor no ensino e na aprendizagem para que ele seja capaz de identificar as dificuldades de seus alunos, visando a eliminar as barreiras próprias de suas relações na escola.

A inclusão educacional na área dos valores humanos é o fundamento da importância do outro, é a conservação da alteridade como embasamento dos direitos e deveres de todos, como sinaliza Mantoan (2007), a educação inclusiva envolve, uma transformação de diante do próximo, que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual simplesmente topamos na nossa existência e com o qual convivemos um tempo, maior ou menor, de nossas vidas.

Para Carvalho (2008), a educação inclusiva surgiu como realidade, não sendo mais admissível ignorá-la, sendo então necessário existir uma reconsideração escolar, deixando de lado o padrão do aluno ideal e aceitando o diferente. O autor afirma que: “somos diferentes e queremos ser assim e não uma cópia malfeita de modelos considerados ideais. Somos iguais no direito de sermos inclusive, diferentes” (CARVALHO, 2008, p. 23).

Coll (2004), diz que a educação inclusiva durante o seu desenvolvimento, buscou reduzir a discriminação existente contra crianças com necessidades especiais, passou por uma série de mudanças, especialmente na década de 1990, período em que o combate a todas as formas de discriminação esteve presente.

Para Fonseca (2005), a Educação Inclusiva estruturou gradativamente uma nova visão de Educação, criando uma escuta mais precisa para cada criança individualmente, na medida em que uma de suas prioridades é atender às necessidades de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, fortalecendo assim os direitos de pessoas com deficiência no processo educacional. Além disso, ele é responsável por transformar o sistema de ensino, priorizando ações para expandir a educação infantil, programas de formação de professores e organizar recursos e serviços educacionais, e oferecer alternativas de desenvolvimento de serviços, requer grandes mudanças na formação de professores e planejamento adaptados para implementar a educação inclusiva.

Mantoan (2003), afirma que as políticas educacionais que priorizam a inclusão garantem que todos os níveis de ensino sejam atendidos, da educação infantil à universidade, pois a escola é o veículo mais adequado para garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência, mesma idade cronológica, o fim de qualquer tipo de discriminação e favorecendo todo tipo de interação que promova o desenvolvimento social, motor, emocional dos aluno em geral.

Segundo Fonseca (2005) o maior desafio para uma educação inclusiva são as dificuldades encontradas durante todo o processo educacional, destacando a falta de adaptação das escolas regulares e de professores que não recebem de modo adequado os alunos com deficiência em sala de aula, bem

como a discriminação e do preconceito que se encontram na sociedade e, muitas vezes, na própria família. Ainda para este mesmo autor, quando se trata do direito à educação, é essencial realizar uma reforma estrutural e organizacional nas escolas, para recuperar o tempo perdido.

Segundo Fonseca (2005), a pretensão da educação inclusiva é alertar não apenas os educadores, mas também a sociedade de forma geral, para a exigência atual de uma educação mais que inclusiva, uma educação que respeite as diferenças e faça delas um instrumento de ressignificação de papéis. O autor também ressalta que, as pessoas com necessidades especiais carecem da inclusão para que possam exercer seus direitos a igualdade.

No que diz respeito à educação, diz que a inclusão se contrapõe a todo e qualquer tipo de discriminação, e nessa perspectiva é necessário que a escola reavalie todos os seus conceitos, em busca de uma educação que respeite a heterogeneidade. Todavia, esta é uma tarefa difícil para uma instituição que se acomodou com a padronização, excluindo de seu espaço qualquer forma de diversidade.

Diante destes aspectos, justifica-se a relevância de compreender a inclusão dos alunos com deficiência especial, visto que desta forma é possível destacar a essencialidade da inclusão em todos os aspectos, acrescenta Fonseca (2005).

Para Mazzota (2001), o termo inclusão surgiu na política como forma de pensar o homem moderno, tendo o mundo globalizado como referência, onde encontramos os que estão dentro e os que estão fora. E, no Brasil, o termo passou a circular em meados dos anos 1980, principalmente através de

grupos políticos de esquerda brasileira. Sendo que, a partir do início do século XXI, se iniciaram com maior intensidade os debates acerca deste tema.

Segundo Gandra (2010), a inclusão social vem acontecendo no Brasil nas dimensões de inserção econômica, composta de emprego e renda, inserção educacional, gerada por educação e conhecimento, e inclusão digital, cujos principais componentes são a informação e a comunicação.

Mazzota (2001) diz que o movimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência teve seu marco histórico em 1981, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) o declarou como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Neste ano, importantes conceitos obtiveram reconhecimento internacional, com os conceitos de vida independente, o de igualdade (de poder exercer os direitos de cidadãos) e o de capacidade, que representa a garantia de terem as mesmas oportunidades da população em geral. Sendo que, a partir deste momento o movimento ganhou maior visibilidade, e veio a impulsionar outros posteriormente, como a inclusão escolar.

A inclusão escolar é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela diferença de classe social, etnia, educação, idade, gênero, deficiência, manifestação de fé, ou preconceitos raciais. Porém, a inserção não deve ser vista somente como sendo um problema pessoal a ser resolvido nas estruturas do sistema onde já deveria fazer-se presente.

Segundo Vitta e David (2007), a inclusão social, por sua vez, é uma ferramenta aplicada para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliários e meios de transporte), e na

mentalidade de todas as pessoas, portanto, também do próprio portador de necessidades especiais. Já a inclusão escolar possibilita ao ser humano novos conhecimentos, com novas técnicas e formas para a produção da vida material, formando novas sociedades, culturas e formas de trabalho.

No entanto, para a realização de sua finalidade e para adaptar-se ao acesso de todas as crianças com deficiência especial, a escola precisa ser revisada em seus desígnios, conteúdos e práticas, valorizando as diferenças, pois o preconceito e a discriminação dificultam a inserção dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares.

Para Sánchez (2005), a proposta de inclusão tem como pressuposto o sucesso de cada criança através da utilização de uma pedagogia centrada no aluno, para que se possam ultrapassar as dificuldades apresentadas, mesmo àquelas que possuem desvantagens severas. Assim, para a autora, o sistema educacional é quem primeiramente garante o lugar do desenvolvimento e da inclusão social, permitindo que as crianças, jovens e adultos portadores de deficiência especial sejam únicos, seguindo em direção a uma sociedade inclusiva e quanto mais séria forem as dificuldades, maiores serão os esforços da escola para adaptar-se.

É preciso que a educação seja levada a todos os alunos, de acordo com suas diferenças, potencializando e valorizando as particularidades de cada criança. É primordial que todas as ações apontem para a inclusão das pessoas com necessidades especiais, com estruturas e planejamento, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade, respeitando todos os direitos. É preciso fazer uma avaliação quando os portadores de deficiência são excluídos da sociedade levando em consideração a importância de se debater

este tema que ainda não foi superado pela comunidade, explica Sánchez (2005).

Diante da relevância da educação inclusiva, destaca-se o papel e a relevância de o professor adaptar-se de forma curricular para atender as necessidades do aluno portador de deficiência e dos demais alunos, a fim de desenvolver a igualdade, elevando a autoestima dos estudantes, o que certamente resultará em um salto qualitativo na aprendizagem, pois a educação é um poderoso instrumento na promoção da igualdade de direitos, tanto para os alunos quanto para a sociedade em geral.

Bayer (2006) explica a importância do professor considerando que o mesmo sempre foi visto como a fonte e o distribuidor de conhecimento, sendo que as diferenças entre os alunos fazem com que estes profissionais busquem fontes e o aperfeiçoamento para lidarem com as necessidades de cada aluno individualmente. O autor ressalta que Educação Inclusiva implica na formação de um professor que saiba trabalhar com classes heterogêneas, com conteúdos curriculares diferenciados e adaptados, que utilize estratégias de ensino que melhor se conduza as necessidades específicas de cada aluno. Assim, a participação do aluno, a interação e a aprendizagem é o foco principal. Os recursos e as técnicas para fornecer informações e dirigir o currículo de uma maneira que os alunos tenham não somente as habilidades e as oportunidades, mas a motivação para dirigirem as suas necessidades de aprendizagem, são os desafios do professor, pontua o autor.

Beyer (2006) observa que a maioria dos profissionais da educação não está preparada para colocar em prática os princípios da inclusão, ressaltando que, o professor precisa estar capacitado para entender a criança com

deficiência levando em consideração o ritmo de cada aluno não inferiorizando, pois a criança com necessidades especiais apresenta muitas debilidades e limitações e, além disso, compreender a deficiência com o objetivo de evitar a discriminação e o preconceito que muitas vezes é ocasionado sem intenção pelos próprios alunos do ensino regular ou por outros profissionais da educação.

São diversos os questionamentos acerca de como deve ser o atendimento à uma criança portadora de deficiência, diante do fato de que todas as crianças têm o mesmo direito à educação, todavia, deve-se levar em consideração que estar na escola e ser aceita pela comunidade escolar é um direito de qualquer pessoa, pois de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a formação de profissionais da educação para uma escola inclusiva limita-se não apenas a cursos de capacitação e aperfeiçoamento, mas somar ao conhecimento já existente e inovar o planejamento, ministrando as aulas de forma dinâmica, interessante e participativa, conclui Beyer (2006).

Carvalho (2005) enfatiza que, incluir não significa apenas pôr todas as crianças em uma mesma condição, haja vista incorrer-se no risco de a partir daí praticar-se uma perversa exclusão, observando que, o estar fisicamente em um lugar não quer dizer que se faça parte dele. Além da inserção física, é imprescindível que todos os estudantes sejam favorecidos com a inclusão na aprendizagem e na inclusão social, exercitando o desenvolvimento e a plena cidadania, complementa o autor.

O desafio da educação, portanto, é organizar as escolas, atendendo a todos os alunos sem nenhuma discriminação, valorizando as diferenças,

enriquecendo o processo educacional, tendo participação com igualdade de oportunidades.

Para que se torne realidade a educação inclusiva responsável demanda preparo das escolas, o que consiste na preparação para a docência de profissionais, tanto do ponto de vista técnico quanto psicológico, e acolhimento da diversidade. Além de gestores comprometidos com a qualidade do ensino e da consideração aos direitos constitucionais dos profissionais geridos e dos alunos com necessidades especiais.

A fim de que esse comprometimento com a educação se concretize além de propagandas nos meios de comunicação e boa vontade, faz-se imprescindível a efetivação de ações políticas em favor da educação inclusiva, em consonância à Constituição Brasileira de 1988, no que diz respeito aos artigos do direito a Educação Especial, assim como outras resoluções importantes dessa, como o Princípio da Igualdade e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Por fim salienta-se que a inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser revisado, fazendo-se, portanto, necessário a união de todos os membros da comunidade docente para sua implementação.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS LEGAIS

FIGURA 02



De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (2006), as necessidades especiais não se portam como objetos que são transportados de um lado para outro, dos quais pode se desfazer quando bem entender.

Na concepção de Schwartzman (1999), embora que não se negue que sejam condições orgânico-funcionais concretas, que acarretam incapacidades, as limitações decorrentes dessa situação serão dependentes dos resultados da interação das características diferenciadas das pessoas especiais com as representações em torno delas e das tecnologias no meio social a seu serviço.

Dessa forma, vemos que as necessidades especiais das crianças não são apenas pelas limitações que tem cada um, mas sim a exigência de independência e autonomia que cada um deve ter.

O art. 3º da Constituição Federal Brasileira de 1988 diz que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, onde as desigualdades sociais sejam reduzidas, promovendo-se o bem de todos sem qualquer tipo de preconceito (BRASIL, 1988).

Sendo assim, a lei referida mostra a importância que a sociedade seja livre de qualquer tipo de preconceito, para que as diferenças sociais sejam reduzidas. Para Werneck (1999), para a construção de uma escola livre de preconceitos a Inclusão Educacional deve atuar no sentido de favorecer a convivência com a diversidade e instituir o respeito e a fraternidade entre as pessoas. Para o autor a escola inclusiva deve promover a convivência com as diferenças, sejam elas quais for, estimulando esse convívio desde os anos iniciais na educação.

Diante disso, nos últimos anos, a expressão portador tem sido evitada para se referir-se a esse grupo de pessoas, preferindo-se em seu lugar, referir-se a “pessoa com” ou alunos com necessidades educacionais especiais.

Para Rodrigues (2008), as necessidades especiais são decorrentes das oportunidades existentes ou não bem como dos instrumentos e das mediações que possam ser apropriados por estas pessoas em suas relações sociais e não resultam unicamente das deficiências biológicas que possam apresentar.

Deficiências, dessa forma, são inerentes aos sujeitos, constituem sua subjetividade, não definem sua essência, mas determinam modos de ser e de estar no mundo que podem gerar ou não impedimentos, ou colocar os sujeitos que as apresentam em situação de desvantagem.

O que fica evidente é o fato de que as necessidades especiais não se referem às limitações apresentadas pelas pessoas, mas às exigências de ampla acessibilidade que oportunize as condições necessárias à independência e a autonomia dos sujeitos. Evidencia-se, portanto, a responsabilidade social de prever e prover meios de satisfazer essas necessidades, ao invés, de destacar o sujeito que apresenta, pontua Rodrigues (2008).

A Educação Especial, como observa Bautista (1997), se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado, substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas e classes especiais.

Essas organizações fundamentadas no conceito de normalidade e anormalidade, de acordo com o autor supramencionado, determinam formas de atendimento diversificado e diferenciado, clínico, terapêutico, ancorado nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos definem as práticas escolares para os alunos com deficiência.

É preciso compreender a ideia de escola para todos no seu sentido mais abrangente, de forma a não excluir ninguém do sistema educacional. Werneck (1999, p. 195) atenta que pode até parecer absurdo que toda criança tenha o direito de frequentar a escola regular, incluindo aquela cuja única forma de comunicação seja piscar os olhos, mas esta é a proposta da sociedade inclusiva.

Para Werneck (1999), para a construção de uma escola livre de preconceitos a Inclusão Educacional deve atuar no sentido de favorecer a convivência com a diversidade e instituir o respeito e a fraternidade entre as pessoas. A escola inclusiva para o autor deve promover o convívio com as

diferenças, o que deve ser estimulado desde a mais inicial das formas de convivência social na Educação Infantil. A partir do momento em que se favorece o convívio com a diversidade desde cedo, se ganha na construção da cidadania, pois o modo eficaz de combater o preconceito é na infância, impedindo que o mesmo apareça, complementa o autor.

Nada obstante, importante salientar que o convívio plural auxilia na formação de adultos conscientes de que o processo inclusivo é salutar e necessário, pois aqueles que na infância desfrutaram da presença de crianças e de adolescentes com deficiência em sua escola, não duvidarão da capacidade destas pessoas e, com certeza, estimularão a inclusão de todos em um mesmo ambiente, aponta Werneck (1999).

De acordo com a UNESCO (1994), na década de 1990 aconteceram amplas reformas estruturais e educacionais no país, inspiradas e direcionadas por organismos internacionais, caracterizadas pelo discurso de Educação para Todos, fazendo com que o governo sentisse-se pressionado, diante das mudanças, em obedecer ao paradigma da educação inclusiva, o que trouxe uma mudança radical no panorama do sistema educativo do Brasil, principalmente em relação ao aumento do número de matrícula das crianças com deficiência na rede regular de ensino. Iniciou-se nesse período a ideia de uma educação inclusiva, quando se ampliou a discussão sobre a atuação da educação especial, principalmente nas escolas públicas. A nova proposta de educação inclusiva trouxe em si a luta para romper com a ideia de inserção apenas física das crianças com deficiência na rede regular, como é vista por grande parte das pessoas.

Em 1994 ocorreu na Espanha uma conferência conhecida como Declaração de Salamanca, na qual participaram noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais, os quais reconheceram a partir daquele momento a necessidade e a urgência de que o ensino chegasse a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no âmbito da escola regular. Além disso, referida conferência estabeleceu um decálogo de recomendações que deveriam ser desenvolvidas por todos os países participantes nos anos que se seguiram, descreve Rodrigues (2008).

Para Rodrigues (2008), incluir significa fazer parte da comunidade da escola, ser reconhecido como membro da comunidade escolar, ter as mesmas oportunidades que o outro tem e ser tratado com igualdade, é um processo que nunca termina, porque sempre haverá um aluno que encontrará barreiras para aprender, assim o autor afirma que:

A inclusão diz respeito a identificação e a remoção de barreiras e isto implica na coleta contínua de informações que são valiosas para atender a performance dos alunos a fim de planejar e de estabelecer metas, à presença, participação e a aquisição de todos os alunos. Presença diz respeito a frequência e a pontualidade dos alunos na sua escolarização. Participação tem a ver em como os alunos percebem a sua própria aprendizagem e se possui qualidade acadêmica. Aquisição se refere aos resultados da aprendizagem em termos de todo conteúdo curricular dentro e fora da escola.

Através da Declaração de Salamanca de 1994 foi observado que cada criança tem características, interesses e capacidades de aprendizagem que lhe são próprios, demonstrando que os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades. Através da mesma, portanto, ficou evidenciado que as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter

acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

Com o passar dos tempos a inclusão adquire espaço e aos poucos consegue mudar radicalmente a visão da sociedade diante de uma criança com deficiência, de maneira que aos poucos a mesma passa a ser vista como uma consequência das barreiras impostas pela sociedade. Por esta perspectiva, é a sociedade que precisa sofrer transformações para dar às pessoas com deficiência o acesso às condições estruturais e humanas para o desenvolvimento das suas potencialidades.

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo fundamental para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo, de oportunidades, de desenvolvimento com qualidade, em todas as dimensões da vida.

No artigo 206 da Constituição Federal Brasileira estão elencados os princípios que regem o ensino brasileiro:

A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (inciso I) e “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” prevista no inciso IV. Em seu artigo 208, o inciso III relaciona os deveres do Estado com a educação, garantindo o atendimento especializado às pessoas com deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1994, art. 206).

A inclusão foi assim legalmente consolidada através da Constituição Federal, bem como também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei

8069/90, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, pelo Plano Nacional da Educação/1997, pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, no qual atualmente estão inclusos 566.753 alunos com necessidades especiais, explica Sánchez (2005).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (9394/96, Cap. V, At. 58), todos os alunos com necessidades especiais têm que estudar na escola regular, a não ser que não tenham condições de se integrar.

Desta forma a inclusão possibilitou qualidade de ensino através da Conferência Mundial sob Necessidades Educacionais Especiais, da Conferência Mundial de Educação para Todos, da Declaração de Salamanca oferecendo uma educação de qualidade, especialmente para pessoas com deficiência, onde se afirma que as práticas inclusivas sugerem um novo modo de interação social, incluindo uma revolução de valores e atitudes, que determinam mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar

CAPÍTULO 3

SOCIEDADE, FAMÍLIA E ALUNO

FIGURA 03



É indiscutível que a educação é extremamente essencial na sociedade, e que a inclusão deve ser respeitada por todos. Porém ainda é bem comum encontrar dificuldades na hora de matricular crianças com deficiências nas escolas. A inclusão de crianças com algum tipo de deficiência é escassa, pois as escolas não estão capacitadas para receberem essas crianças, e não dispõem de profissionais qualificados para atendê-las, tornando ainda pior a situação do sistema de inclusão.

A sociedade e a família têm que sensibilizar sobre o direito de acesso dos alunos com deficiências à escola regular, aprendendo e ensinando que

todos são diferentes, especiais e únicos com direitos adquiridos de igualdade, pois não adianta incluir o aluno dentro da sala de aula e continuar discriminando fora dela, explica Carvalho (2005). Mesmo que haja inclusão na escola é preciso que a sociedade não continue a discriminar as diferenças de cada indivíduo. Deve-se aprender que todos nos somos diferentes e devemos respeitar todas essas diferenças.

O direito à educação é essencial, todavia muitas vezes é difícil encontrar aquela que reconheça e potencialize as habilidades daqueles que apresentam deficiência especial.

Diante desta realidade e considerando que a criança não consegue integrar-se no ambiente escolar devido à exclusão da sociedade, a Educação Inclusiva está fazendo um laço entre todos os participantes da escola, o que exige um trabalho árduo de construção das relações sociais de todas as crianças na escola como um dos componentes maiores da prática educativa, tendo em vista que não são elas que têm que adaptar-se à escola, mas a escola tem que adaptar-se a elas, trabalhando o processo de exclusão social, pois elas necessitam apenas que lhe sejam dadas oportunidades adequadas para desenvolver seu potencial de aprendizagem para conseqüentemente se integrarem, observa Mantoan (2007).

A inclusão da criança com deficiência se configura como um problema grave, pois muitas vezes a escola não está preparada para receber estes alunos e acabam tornando-os incapacitados limitando as oportunidades e dificultando o aprendizado, da mesma forma ocorre quando percebem que são discriminados. Por isso, a educação de alunos com deficiência tem se voltado, cada vez mais, para chamada Educação Inclusiva. As propostas pedagógicas são

que os alunos se desenvolvam de forma digna, sendo respeitados em seus potenciais e suas individualidades, de forma que eles integrem efetivamente o processo de ensino-aprendizagem, realizando-se assim transformações nas práticas pedagógicas das formas tradicionais de ensino, afirma Tessaro (2005).

A sociedade e a família têm que sensibilizar sobre o direito de acesso dos alunos com necessidades especiais à escola regular, aprendendo e ensinando que todos são diferentes, especiais e únicos com direitos adquiridos de igualdade, pois não adianta incluir o aluno dentro da sala de aula e continuar discriminando fora dela, explica Carvalho (2005).

Segundo Almeida (1983), cada filho é esperado pelos seus pais com muitas expectativas de realizações de desejos e de gratificações dos mesmos, de maneira que é inevitável a expectativa dos pais quando espera uma criança, cuja exigência mínima é a antecipação de que a criança venha com todos os atributos de normalidade que a faça capaz de assumir os papéis geralmente prescritos pela sociedade. Assim, a família é o primeiro contato social do indivíduo e é por ela que o indivíduo se estrutura, cria seus primeiros valores e ideias, precisando então ser sadio, isto é, oferecer bom relacionamento emocional, intelectual e social, pontua Almeida (1983).

Bautista (1997) explica que as expectativas variam e, dependendo da multiplicidade dos fatores, os pais tendem a esperar que sua criança consiga pelo menos o que eles conseguiram em suas vidas. Assim, quando as expectativas dos pais de que a criança nasça saudável e normal é contrariada pelo nascimento de uma criança deficiente, de modo que os mecanismos de defesa dos mesmos são severamente colocados em choque.

É necessário que a sociedade seja aberta a todos e seja inclusiva, estimule a participação de cada um, valorize as experiências humanas, reconhecendo o potencial de todos os cidadãos, oferecendo oportunidades iguais para que cada pessoa seja livre e tenha autodeterminação, observa Rosa (2004).

O objetivo principal e mais importante da prática educativa é o desenvolvimento social e afetivo, que não pode ser alcançado sem uma aprendizagem social que se adquire tanto no meio familiar, como social e escolar. A criação de um clima familiar e afetivo adequado repercutem positivamente no desenvolvimento da criança se forem evitadas as superproduções, ansiedade e rejeição e se houver uma implicação ativa dos pais na sua educação, pontua Rosa (2004).

Rosa (2004) também explica que a participação da família e da comunidade amplia o processo educativo desempenhando um papel vital na educação e na inclusão social de seus membros, tendo acesso a serviços sociais, saúde, serviços educacionais e profissionais existentes na comunidade e a todas as demais oportunidades disponíveis.

A idade escolar e, ainda mais, a pré-escolar são os momentos ideais para se estabelecerem bases sólidas de relação da criança com o meio. A solução para os problemas afetivos tem de ser encontrada onde eles surgem, com a ajuda de especialistas e a colaboração de todos os membros envolvidos na educação da criança, o que inclui pais, professores e psicólogos, observa Carvalho (2000).

Os pais têm o direito de decidir em conjunto com a escola, passando a assumir juntamente com os educadores a responsabilidade pelo processo

educativo de seus filhos. Contudo, muitas vezes isso não ocorre pelo fato de os membros da instituição escolar temer a perda da “autoridade” dentro do ambiente escolar ou por desinteresse dos pais em solucionar o tipo de deficiência de seus filhos.

CAPÍTULO 4

INCLUSÃO ESCOLAR OU INTEGRAÇÃO

FIGURA 04



Pode-se analisar que a inclusão social na educação tem um papel fundamental na vida dos alunos, que possuem limitações, pois a inclusão visa a sua efetividade educativa. A legislação foi criada para garantir a integração dessas crianças na escola e na sociedade. Também é possível analisar que muitas escolas se adaptaram à proposta de inclusão.

Apesar de todo o progresso que a inclusão tem feito ao longo dos anos, nem todas as escolas têm as estruturas adequadas para acolher esses alunos, seja o meio ambiente, a arquitetura, o meio ambiente, didático e pedagógico, entre outros, que passaram por meio do processo de qualificação e preparação de profissionais para atuar diretamente com alunos com deficiência.

A Política de Educação Especial diz que:

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto educacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. E sob enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. Sob o enfoque psicossocial, a integração representa, portanto, uma via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas normais (1994, p. 18).

Dessa forma, é possível afirmar que quaisquer medidas que sejam tomadas sobre integração escolar não devem ser apenas de profissionais especializados, mas sim de toda uma comunidade.

Para Pereira (2000) a integração não permite a mudança da escola como um todo, ao contrário, quem muda é o aluno para adaptar-se às suas exigências, a forma em que está organizada.

Tomando por base essa perspectiva, a escola é quem determina o modelo que o aluno tem que seguir, assim, levantando questionamentos sobre o real papel e função dela. Em contrapartida a inclusão na educação propõe tornar a escola acessível, garantido a participação de todos no ambiente escolar.

A inclusão não estabelece a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (MANTOAN, 2003, p. 67).

A Inclusão busca a inserção dos educandos de uma forma mais radical, completa e sistemática na vida social e educativa. Como a escola não objetiva excluir ninguém do sistema escolar, ela terá de se adaptar e/ou se reestruturar

para atender as particularidades de todos os alunos, desde o começo de sua escolarização (MANTOAN, 1998).

Desta maneira, “o primeiro passo para que uma escola se torne inclusiva, é garantir que todas as crianças e adolescentes, residentes na região, nela sejam efetivamente matriculados” (MEC/SEESP, 2004, v. 3, p. 15).

Os princípios fundamentais da escola inclusiva segundo Declaração de Salamanca (1994):

Consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptandose aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 11-12) (BRASIL, 1994).

Neste cenário, a inclusão escolar passa a se estabelecer como uma organização que tem como objetivo a transformação da sociedade.

Segundo Carvalho (1998), dois eventos mundialmente significativos trataram de questões referentes à viabilização de educação inclusiva. Foram os seguintes:

— “A Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jontiem, na Tailândia em 1990, que buscava garantir a igualdade de acesso à educação a pessoas com qualquer tipo de limitação; e,

— “A Conferência Mundial sobre Educação Especial”, ocorrida em Salamanca, na Espanha, em 1994.

Segundo o autor, na Conferência Mundial sobre Educação Especial:

[...] foi elaborado o documento “Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, que “inspirada na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais (1998, p. 146).

O conceito de inclusão se apresentou na Declaração de Salamanca, como desafio para a educação, sabendo que:

Para promover uma Educação Inclusiva, o sistema educacional deve assumir que as “diferenças” humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem (BRASIL, 1994, p. 4).

Nesta Declaração a Educação Comum e a Educação Especial são fundamentadas na Educação Inclusiva e dela fazem parte, tanto o aluno que não apresentam nenhum tipo de deficiência como aqueles que apresentam.

Uma escola inclusiva não prepara para a vida. Ela é a própria vida que flui devendo possibilitar, do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos - cidadãos que nela estão, em qualquer das etapas do fluxo escolar ou das modalidades de atendimento educacional oferecidos. Para tanto, precisa ser prazerosa, adaptando-se as necessidades de cada aluno, promovendo a integração dos aprendizes entre si com a cultura e demais objetos do conhecimento, oferecendo ensino aprendizagem de boa qualidade para todos, com todos para a vida (CARVALHO, 1998, p. 35).

Portanto, a prática de uma pedagogia interativa, aberta ao diálogo, torna-se necessária para a implementação do comportamento docente, lidando

com diferentes níveis de compreensão, visando a aprendizagem efetiva dos alunos.

A prática pedagógica deve evoluir para refletir uma pedagogia que busque estratégias diferenciadas para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, é importante preparar os professores para adotar uma proposta de programa flexível.

CAPÍTULO 5

— O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA —

FIGURA 05



Atualmente ainda é muito comum que profissionais da educação, tais como professores do ensino regular, resistem em aceitar o desafio imposto pelo processo de construção com a inclusão escolar.

Segundo Correia (1997), essa resistência é compreensível como resultado da falta de formação adequada para enfrentar e/ou lidar com esse desafio.

Para entender o papel do professor nesse processo de inclusão é necessário considerar o seu papel na educação e a sua formação diante do processo de inclusão.

O papel que o professor tem na educação, vai muito além de apenas transmitir informações.

O professor é a chave do processo pedagógico e modelo a ser espelhado em diversas situações pelos alunos. Nesta dimensão, o processo de inclusão necessita de professores especializados para todos os alunos. Portanto, eles terão de voltar a estudar, a pesquisar, a refletir sobre suas práticas e a buscar metodologias inovadoras de ensino para esse fim (GÓMEZ, 1992, p. 103-105).

Acerca das diferenças das capacidades acadêmicas observadas em sala de aula:

Necessário que todos os professores assumam que as diferenças individuais no processo de aprendizagem são inerentes à condição humana e explicam por quê: alguns alunos são mais dedicados e esforçados; outros dão preferência a determinados conteúdos; há aqueles que são mais lentos, enquanto outros realizam a transferência de aprendizagem com enorme facilidade. Alguns exigem muitos estímulos para se manterem atentos e interessados enquanto há os que aprendem com, sem ou apesar do professor (CARVALHO, 1998, p. 22).

É de suma importância os recursos tecnológicos que permitem e enriqueçam a aprendizagem, pois não podem substituir a relevância do conhecimento mediado pelo professor. É responsabilidade do professor: planejar e escolher conteúdos adequados à especificidade sobre a aprendizagem de cada aluno.

Perrenoud (1999, p. 7) define a noção de competência como: “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”.

“Aprender é passar da incerteza a uma certeza provisória que dá lugar a novas descobertas e a novas sínteses” (MORIN, 2006, p. 16).

Perrenoud (2001) afirma que a categoria de qualidades esperadas em um professor do futuro, são grupadas em dois grupos:

— No âmbito da socialização e da cidadania, e pessoa deve ser confiável, mediadora intercultural, animadora de uma comunidade educativa, organizadora de uma vida democrática, transmissora cultural, intelectual;

— No âmbito da construção de saberes e competências, deve ser: organizadora de uma pedagogia construtiva, promotora da garantia do sentido dos saberes, criadora de situações de aprendizagem, administradora de heterogeneidade, reguladora dos processos e percursos de formação.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002), os professores das classes regulares precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua, verdadeiramente, a todos.

Nóvoa (2011) propõe que a formação de professores deve: “dedicar uma atenção especial às dimensões pessoais da profissão docente, trabalhando essa capacidade de relação e de comunicação que define o tacto pedagógico”. Para este autor: “[...] o professor é a pessoa e a pessoa é o professor”. E “é

impossível separar as dimensões pessoais e profissionais. Ensinamos aquilo que somos e naquilo que somos se encontra muito daquilo que ensinamos” (p.56).

No que tange às possibilidades favoráveis que visem ao empoderamento da profissão docente, Nóvoa argumenta que é necessário investir no desenvolvimento pessoal, ou seja, “produzir a vida do professor”.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência. [...] A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 1997, p. 25).

A formação adequada auxilia os professores a interagir e participar adequadamente no desenvolvimento do aluno. É dever de um professor conhecer o indivíduo, -seus alunos, preocupar-se com as pessoas em geral. Segundo Bueno (2002), a Educação Inclusiva requer que o professor do ensino regular especialize-se em algo para fazer frente a uma população com características peculiares, por outro lado, requer que o professor de educação especial aumente suas perspectivas, tradicionalmente centradas nessas características.

Os professores de ambas as modalidades devem estudar, pesquisar, refletir acerca de suas práticas de ensino e a buscar metodologias que inovem o ensino.

A educação especial uma área de estudo relativamente nova no campo da pedagogia, muitos professores encontram-se desestabilizados diante das concepções e estruturais sociais relacionadas às pessoas consideradas “diferentes”. Desse modo, a partir do século XVI, a educação buscou teorias e práticas focadas ao ensino de qualidade, com profissionais comprometidos em dar aos seus alunos um ensino de qualidade, independentemente de suas diferenças individuais.

O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos convivam de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras (FREIRE, 2005, p. 58).

Para construir uma escola que atenda plenamente a alunos com diferentes características, potencialidades e velocidades de aprendizagem, não basta apenas professores e demais profissionais que uma escola normal possui. É necessário que os profissionais e especialmente os professores estejam capacitados para exercer essa função, atendendo a necessidade de cada educando. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 2006).

Com base na Resolução CNE/CEE nº 02/2001, a educação especial oferta apoios e serviços especializados aos alunos com necessidades educacionais especiais.

- Alunos surdos, que, por suas necessidades linguísticas diferenciadas, precisam conhecer a língua de sinais e exigem profissionais intérpretes;
- Alunos com deficiência visual, que necessitam de recursos técnicos, tecnológicos e materiais especializados;
- Alunos com deficiência física neuromotora, que exigem a remoção de barreiras arquitetônicas, além de recursos e materiais adaptados à sua locomoção e comunicação;
- Alunos com deficiência intelectual, que demandam adaptações significativas no currículo escolar, respeitando-se seu ritmo e estilo de aprendizagem;
- Alunos com condutas típicas de síndrome e quadros neurológicos, psiquiátricos e psicológicos que demandam apoios intensos e contínuos, além de atendimentos terapêuticos complementares à educação;
- Alunos com altas habilidades/superdotação, que devido às motivações e aos talentos específicos, requerem enriquecimento, aprofundamento curricular e/ou aceleração de estudos (FERNANDES, 2006, p. 30).

Diante de tais necessidades especiais educacionais, o papel do professor é de suma importância na educação inclusiva, visto que o professor é a “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM et. al, 2005, p. 51).

O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e compete a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais estejam além do senso comum e evoluam emocional, social e intelectualmente, derrubando barreiras impostas.

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua

forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporciona a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático (FARFUS, 2008, p. 30).

Um dos elementos-chave da proposta de inclusão em sala de aula é que os professores mudem a visão da deficiência das pessoas com necessidades educacionais especiais para uma visão baseada em habilidades, desenvolvendo atividades diversas, enfatizando o respeito às diferenças e inteligências múltiplas.

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas (MINETTO, 2008, p. 101).

Os profissionais que buscam a ação educativa precisam estar atentos à diversidade dos alunos, cumprindo seus papéis de modo justo e recíproco, com base no respeito mútuo, eliminando todas as formas de diferenciação para formar cidadãos conscientes e que convivam com a diferença.

Além do professor, a família dos alunos com necessidades educacionais especiais pode participar a todo o momento do processo de ensino-aprendizagem dessas crianças, pois o tripé escola-família-comunidade é de suma importância, pois através dessa participação os professores têm a oportunidade de melhor conhecer o seu educando e suas especificidades, surgindo a partir daí uma troca de informações a fim de possibilitar o melhor aprendizado a todos, pois sozinho não poderá efetivar uma escola fundamentada numa concepção inclusiva (OLIVEIRA, et al. 2019, p. 5).

A atividade pedagógica é um processo de indagação, pesquisa e resolução de problemas, pelo que os docentes muitas vezes enfrentam muitos desafios a ultrapassar os limites estabelecidos, obrigando os docentes a procurarem novas estratégias, identificando as capacidades individuais dos alunos. explorando possibilidades para este aluno aprenda com os outros e superem seus próprios limites.

Os professores devem planejar suas aulas e utilizar filmes, jogos, músicas, maquetes, mapas, desenhos, entre outras alternativas possíveis para que todos tenham a oportunidade de continuar aprendendo. Muitos professores têm dificuldade em trabalhar com a diversidade, e se mostram inseguros para desempenhar seus papéis, pois não há uma fórmula de ensino precisa diante das características únicas que cada aluno apresenta.

Diante dos obstáculos que os professores enfrentam na educação inclusiva, Bueno (2002) ainda acredita que é preciso promover a avaliação das reais condições do sistema educacional para que a inclusão ocorra de forma progressiva , continuamente, sistematicamente e com um plano.

CONCLUSÃO

A educação brasileira avançou de certa forma, pois eles perceberam a importância de educar e dar oportunidades reais, considerando que as crianças com deficiência têm as mesmas necessidades básicas que as outras pessoas, incluindo não apenas o aspecto de sobrevivência, mas também o aspecto de autoestima. No entanto, ainda se reconhece que existem escolas, assim como sociedades, que excluem aqueles que estão fora dos padrões e expectativas definidas.

Portanto, educadores em salas de aula com pessoas com deficiência devem romper gradativamente com essa visão, não rotular seus alunos, confiar não em diagnósticos, mas em observações, aplicar preços continuamente e não apenas em determinados momentos.

A política de inclusão de pessoas com deficiência representa crescimento em suas práticas educativas e é responsável por criar espaços adaptativos, programas flexíveis e atividades práticas exclusivas. Para avançar nessa direção, é preciso criar um ambiente que possibilite a identificação, análise, divulgação e troca de experiências educativas inclusivas, atendendo as pessoas com qualidade em sua formação, respeitando a individualidade de cada pessoa.

As escolas são lugares de partilha de experiências e sempre em movimento, por isso devemos mudar com as escolas à medida que crescem. Sabemos da necessidade e urgência de enfrentar o desafio da educação inclusiva e implementar os meios pelos quais ela realmente o alcança. Ensinar não é obrigar o aluno a ter um conhecimento pronto, mas com liberdade e

determinação para expandir seus significados de acordo com seus interesses e habilidades, valorizando todos os esforços de aprendizagem.

Pensar em educação e inclusão torna-se necessário à medida que a sociedade e as escolas buscam garantir a todos o exercício de seus direitos e obrigações garantidos por lei, incluindo a educação de qualidade, para atender alunos com necessidades educacionais especiais.

O processo de educação inclusiva requer planejamento e mudanças político-administrativas sistemáticas na gestão da educação, que vão desde a alocação de recursos governamentais até a flexibilização do currículo em sala de aula.

Abrange a resolução de questões relacionadas às diferenças levando em conta a sociedade preconceituosa atual. Pensar nas diferenças hoje significa reestruturar nossas operações, respeitando a dignidade humana. Existem muitas formas de implementar a educação inclusiva, as escolas e as comunidades devem escolher os melhores caminhos, observá-la e estudá-la, e fazer as mudanças necessárias para que a educação inclusiva realmente aconteça.

O progresso das instituições de ensino na inclusão de alunos com necessidades educativas especiais tem levado os docentes a procurarem novos modelos e novos métodos de ensino, para incluir todos no sistema de ensino regular, potenciando a autonomia e independência destes alunos.

Por fim, concluindo que a educação inclusiva visa atender às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos por meio da transformação do sistema educacional, priorizando ações que ampliem a educação infantil, programas de formação de professores e organização de

recursos e serviços educacionais, ampliando os direitos de pessoas com deficiência no processo educacional, exigindo mudanças na formação dos professores e planejamento adequado para a implementação da educação. Educação inclusiva, oferecendo serviços alternativos, para criar uma nova forma de olhar a educação, para criar uma escuta mais apurada para cada criança.

Reconhece-se a importância do professor nesse processo, pois é por meio dele que os alunos aprendem a conviver com a diversidade em sala de aula, e ter um ensino voltado para a compreensão e o respeito uns aos outros, onde não haja discriminação, pois ninguém é melhor ou pior por causa de suas particularidades, o que existe são diferenças que precisam ser superadas.

REFERÊNCIAS

- BAUTISTA, R. (coord). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa, Dena livro., 1997.
- BEYER, H. O. Revista da Educação Especial. Ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v.2, n.2 , jul/2006.
- BUENO, J. G. S. (2001). **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre Desenvolvimento, v. 9, n. 54, (pp. 21-7). São Paulo: Memnon, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Lei 9394/96; MEC; Brasília, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília, 1988.
- CARVALHO, R. E, **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Mediação: Porto Alegre/RS, 2008.
- CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.
- COLL, C. et. al. **Desenvolvimento Psicológico da Educação: Transtornos do Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais**. v. 3: 2 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora, 1ª. Edição, 1997.
- D'ANTINO, M. E. F. **A Questão da Integração do Aluno com Deficiência Mental na Escola Regular**. In: MANTOAN, M. T. E. A Integração de Pessoas com Deficiência. São Paulo: Memnon / SENAC, 1997.

Declaração de Salamanca. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca/pdf.pdf>Acesso em 06/05/2022.

Educação Inclusiva: do que estamos falando? 2005. Disponível em <http://www.fcee.sc.gov.br>. Acesso em 06/05/2022.

Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Mediação: Porto Alegre/RS, 2008.

FARFUS, D. **Organização pedagógica dos espaços educativos.** Disciplina: Organização Pedagógica Espaços Educativos do curso de Pedagogia EaD da FACINTER. Curitiba, 2009.

FÁVERO, O. et al. **Tornar a educação inclusiva.** Brasília: UNESCO, 2009.

FERNANDES, S. **Metodologia da Educação Especial.** 1ª ed. Curitiba. IBPEX, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 13. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FONSECA, V. **Educação Especial: programa de estimulação precoce e uma introdução às ideias de Fuerstein.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade.** In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (orgs). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GANDRA, A. **Inclusão Social no Brasil melhorou entre 2001 e 2008, afirma economista.** Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em 06/05/2022.

GAZIM, E. et al. **Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate.** Revista Chão da Escola. Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005.

GÓMEZ, A. P. **O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo.** In: NÓVOA, A. (org). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

KUNC, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo, Editora Perspectiva, 1992.

MANTOAN, M.T.E., SANTOS, Maria Terezinha da C.T., **Atendimento educacional especializado; políticas públicas e gestão nos municípios.** São Paulo: Moderna, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores?** In: MANTOAN, Maria Teresa Egler.(org.) A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2001.

MINETTO, M.F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2ª ed. São Paulo: IBPEX, 2008.

MITTLER, Londero. **Implicações do Diagnóstico na aceitação da criança com deficiência: um estudo qualitativo.** Interação em Psicologia, Curitiba, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2006.

NÓVOA, A. **Formação de professores.** In: Nóvoa. A. (org.). Vidas de professores. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, António. **Formação de Professores e Profissão Docente.** In:

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação. Dom Quixote: Lisboa, 1997.

NÓVOA, António. **O Regresso dos Professores.** Pinhais: Melo, 2011.

OLIVEIRA, Fabiola Rolim de. et al. **O papel do professor na educação inclusiva**. 2019. Disponível em <https://editorarealize.com.br>. Acesso em 07/05/2022.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PEREIRA, Marília Mesquita Guedes. **A biblioterapia e leitura crítica para a formação da cidadania com os alunos do Instituto dos Cegos da Paraíba “Adalgisa Cunha”**. In: Proceedings XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 1. Rio Grande do Sul: Editora da PUC, 2000.

RODRIGUES, D. **Revista da Educação Especial**. Ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-58, jul/out. 2008.

ROSA, S. P. S. **Fundamentos Teóricos e metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE, 2004.

SÁNCHEZ, P. A. **Revista da Educação Especial**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. Brasileira, v.1, n.1, out. 2005.

SCHWARTZAN, J.S. **Educação Especial**. São Paulo, Mackenzie, 1999. . Sociedade Inclusiva: Quem cabe no seu todos?. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.

TESSARO, N. S. **Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

VITTA, M. C. de.; DAVID, C. M. **Políticas públicas para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino: breve análise das propostas nacionais**. Faculdade de História, Direito e Serviço Social –UNESP, Franca, 2007.

WERNECK, C. **Muito Prazer eu existo**. Rio de Janeiro: WVA 1999.